

ACREDITAR



Luís Montenegro, que tomou posse como Presidente do PSD no 40.º Congresso no Pavilhão Rosa Mota, no Porto, quer “um partido moderado, ambicioso, rejuvenescido e moderno”, que seja capaz de voltar a assegurar o governo de Portugal.

O líder do PSD anunciou sete causas prioritárias aos portugueses: um Programa de Emergência Social; o combate ao “caos e ao desgoverno na saúde”; o alívio fiscal para famílias, empresas e instituições; a necessidade de implementar um Programa Nacional de Atração, Acolhimento e Integração de Imigrantes; políticas que retenham os jovens e o talento em Portugal; um pacto sobre a transição digital, energética e ambiental; e um verdadeiro processo de descentralização, afastando qualquer referendo à regionalização

LUÍS MONTENEGRO NO ENCERRAMENTO DO 40.º CONGRESSO

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL PARA MINORAR O IMPACTO DA INFLAÇÃO



Luís Montenegro assegurou estar preparado para “fazer aquilo que tem de ser feito”, para que o PSD volte a gerir os destinos do país, sem nunca “abdicar dos seus valores” e para substituir um “Governo que tresanda a velho, gasto, desorganizado, desnorteado”.

À saída do palco do 40.º Congresso do PSD, no Pavilhão Rosa Mota, no Porto, dia 3 de julho, depois de ter cumprimentado dezenas de militantes, o líder do PSD fez o balanço de três dias de reunião magna, que reforçou a unidade interna, mobilizou as bases e elegeu os novos órgãos internos.

Os delegados deram uma maioria absolutíssima à lista do Presidente para a Comissão Política Nacional, com 91,6% dos votos. A nova Comissão Política tem como vice-Presidentes Paulo Rangel, Miguel Pinto Luz, Margarida Balseiro Lopes, António Leitão Amaro, Paulo Cunha e Inês Ramalho. Hugo Soares é o Secretário-geral. Rui Rocha, Silvério Regalado, Fermelinda Carvalho, Cristiano Cabrita, Inês Domingos, Rui Ventura, Germana Rocha, Rodrigo Gonçalves, Maurício Marques e Paulo Ribeiro são os vogais.

Pedro Duarte é o Presidente CEN, Pedro Reis lidera o Movimento “Acreditar”, Carlos Coelho fica responsável da Academia de Formação e Pedro Alves é o coordenador nacional das Eleições Autárquicas.

Na intervenção de encerramento, durante cerca de 50 minutos, Luís Montenegro, defendeu “um partido moderado, ambicioso, rejuvenescido e moderno”.

O Presidente do PSD elegeu sete temas prioritários da ação política, começando pelo “combate à carestia de vida”, decorrente da inflação e da crise alimentar. Desde logo, Luís

Montenegro propõe a atribuição de vales alimentares mensais para as famílias com mais carências e a implementação de um programa de emergência social.

“Defendemos a criação desde já de um Programa de Emergência Social que aproveite o excedente criado pela repercussão da inflação na cobrança dos impostos e inclua medidas como um vale alimentar mensal às famílias de mais baixos rendimentos”, afirmou, considerando que a resposta do Governo “tem ficado a quem” e demonstra “insensibi-

lidade social”, apesar de “não ser culpado pela guerra”.

A renovação de descidas ou suspensões na fiscalidade sobre os combustíveis, uma intervenção na fiscalidade e contribuições associadas ao consumo de eletricidade, apoios ao setor agrícola, pecuário e pescas foram outras das orientações que “o Governo deve seguir na formulação desse Programa de Emergência Social”, anunciou o líder do PSD.

Neste ponto, criticou “a alegria com que o Primeiro-Minis-



tro e o PS” anunciaram um aumento de pensões para o próximo ano, que decorre da lei.

Como segunda causa prioritária, Luís Montenegro apontou o combate ao “caos e ao desgoverno na saúde”, que é demonstrativo da “incapacidade do Governo”. Com um diagnóstico muito crítico nesta área, o Presidente do PSD reafirmou o princípio defendido pelo partido de que os utentes, sobretudo os de mais baixos rendimentos, possam utilizar o setor privado e social quando o Estado não consegue dar resposta.

“O Governo não pode assobiar para o lado. É tempo de mudar de vida. É tempo de exigir ao Governo que faça o que tem de ser feito: reformar, reestruturar e reorganizar o SNS. Acabaram as desculpas e os álibis”, disse, recordando a maioria absoluta do PS.

Em terceiro lugar, apontou como “um combate de legislatura” para o PSD o alívio fiscal para famílias e empresas, considerando que se trata até de uma “questão ética”. “É absolutamente imoral o comportamento do Estado em matéria de impostos. O que se passa não é tributação fiscal. Parece esbulho fiscal”, sublinhou Luís Montenegro.

O líder do PSD prometeu que, na preparação do trabalho para o próximo Orçamento do Estado, o partido apresentará “propostas muito direcionadas para a fiscalidade sobre as famílias, as empresas e as instituições”.

Como quarta linha orientadora, Luís Montenegro apontou a necessidade de “políticas que retenham os jovens e o talento em Portugal”, retomando uma proposta que já tinha na sua moção de estratégia global. “Também aqui são necessárias medidas fiscais, como a discriminação positiva em sede de IRS para jovens até aos 35 anos. Podemos acomodar uma taxa máxima de 15% para os jovens até aos 35 anos, com exceção dos rendimentos do último escalão”, referiu.

O acesso universal ao ensino pré-escolar dos 0 aos 6 anos ou “um verdadeiro apoio para a aquisição e arrendamento de casa” foram outras das propostas já contidas na sua moção que afirmou perante o 40.º Congresso.

Em quinto lugar, reiterou outra ideia: a necessidade de Portugal implementar um Programa Nacional de Atração, Acolhimento e Integração de Imigrantes para colmatar o problema de falta de mão-de-obra e tornar o país mais competitivo. “Quero reforçar esta proposta e dizer que, em Portugal, não devemos ter medo nem hesitar em poder cumpri-la”, apontou.

A necessidade de um pacto sobre a transição digital, energética e ambiental entre poderes públicos, académicos e parceiros sociais foi a sexta linha orientadora definida por Luís Montenegro, e a sétima consiste em apostar num verdadeiro processo de descentralização, uma vez que considera “um logro” o processo avançado pelo Governo, rejeitando apoiar um referendo em 2024 à regionalização, como pretende o Executivo socialista. “Fazer um referendo neste quadro crítico e delicado seria uma irresponsabi-



lidade, uma precipitação e um erro. Os portugueses não compreenderiam. Tenhamos as noções das prioridades”, especificou.

O Presidente do PSD garantiu que nunca associará o partido a “qualquer política xenófoba ou racista” e nunca será o líder de um Governo que quebre esses princípios. “Jamais abdicarei dos princípios da social-democracia e da essência do nosso programa eleitoral para governar a qualquer custo. Acreditem, se algum dia for confrontado com a vio-

lação dos nossos princípios e valores para formar ou suportar um Governo, o partido pode decidir o que quiser, mas não serei eu o líder de um Governo desses”, afirmou.

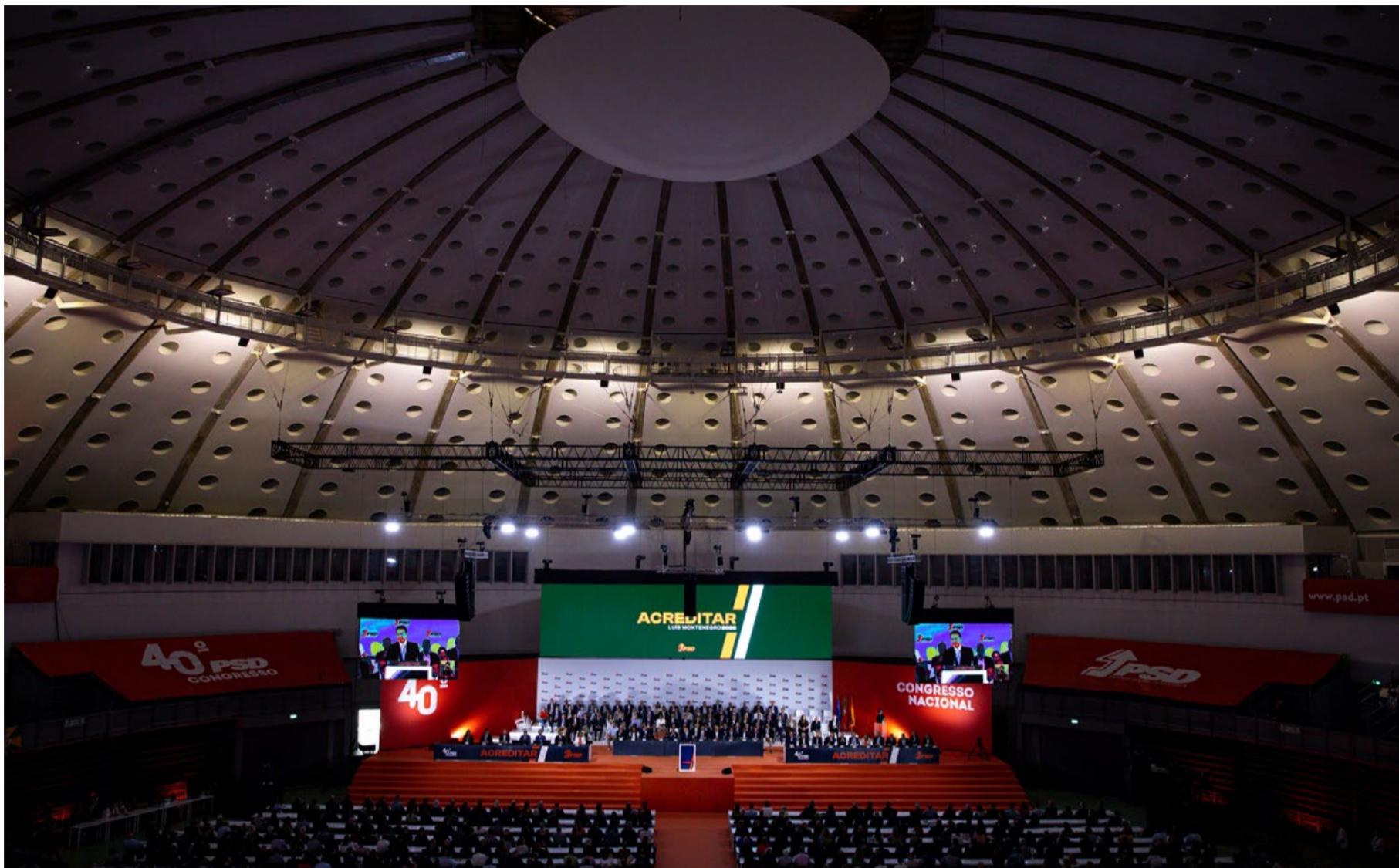
Pelo contrário, acusou o PS de ter “ultrapassado muros” para se associar a partidos extremistas e de ter traído os seus princípios. “António Costa, Pedro Nuno Santos, Fernando Medina, Mariana Vieira da Silva, Ana Catarina Mendes e por aí fora, violaram os princípios do socialismo moderado para evitar a reforma política antecipada do atual Primeiro-Ministro. (...) Quando é que nos associámos a partidos anti-NATO ou anti-União Europeia ou anti-euro ou anti-instituições particulares de solidariedade social ou anti-misericórdias ou anti-setor privado da saúde ou, mais flagrante ainda, partidos pró-russos no contexto da guerra na Ucrânia. Nós nunca fizemos isto, mas quem fez isto foi o Partido Socialista português e o Primeiro-Ministro António Costa”, acusou.

Luís Montenegro assegurou que tudo fará para que o PSD possa “dar um Governo novo a Portugal”. “Tudo faremos para que esse Governo tenha estabilidade e condições de governabilidade. Somos um partido livre, de compromissos e de entendimentos quando e se necessários. Mas nunca, nunca violaremos os nossos princípios e valores”, reiterou, tendo por trás no palco um ecrã com a mensagem “Acreditar - Luís Montenegro 2026”, a data prevista das próximas legislativas.

No Pavilhão Rosa Mota, marcaram presença o ex-Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, a ex-Presidente da Assembleia da República Assunção Esteves, a militante número dois e antiga secretária de Sá Carneiro, Conceição Monteiro, assim como representantes dos partidos políticos e dos órgãos de soberania, autarcas, membros de organizações sindicais e empresariais, parceiros sociais, agentes da sociedade civil e representantes do corpo diplomático acreditado em Portugal.



COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL ELEITA COM 91,6% DOS VOTOS



A Comissão Política Nacional (CPN) foi eleita com 91,6% dos votos, no domingo, 3 de julho de 2022. De acordo com os resultados anunciados pelo anterior presidente da Mesa do Congresso, Paulo Mota Pinto, votaram para a Comissão Política Nacional 721 delegados, dos quais 661 na lista para a direção, o que corresponde a 91,6% dos votos.

A Mesa do Congresso, a que só concorria a lista da direção encabeçada pelo Presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, obteve 674 votos (93,5%).

A lista única para a Comissão Nacional de Auditoria Financeira (CNAF), liderada pelo antigo chefe da Casa Civil do Presidente Cavaco Silva, José Nunes Liberato, conseguiu 672 votos.

A lista da direção ao Conselho Nacional do PSD encabeçada pelo autarca de Lisboa,

Carlos Moedas, obteve maioria absoluta, elegendo 42 dos 70 conselheiros, ou seja, 60% dos lugares. A segunda lista mais votada foi a liderada pelo antigo secretário-geral José Matos Rosa com 10 conselheiros (14% dos eleitos). A lista C, dos antigos deputados André Pardal, conseguiu seis mandatos, o mesmo número de conselheiros eleitos pela lista J, encabeçada pelo líder da JSD/Aveiro Pedro Veiga. A lista D, do antigo presidente da distrital de Setúbal Luís Rodrigues, alcançou três conselheiros, a lista V, de Luís Miguel Soares (da Guarda), elegeu dois conselheiros, e a lista I (de Interior), liderada por Nuno Ezequiel Pais (da Covilhã), conseguiu um mandato no Conselho Nacional. Em números absolutos, votaram para o Conselho Nacional 721 delegados, dos quais nove brancos e três nulos. A lista A recolheu 404 votos, a B 101, a J obteve 66, a C conseguiu 63. Segue-se a D, com 35 votos, a V com 25 e a I com 15.

Para o Conselho da Jurisdição Nacional (CJN), o tribunal do partido, a lista da direção, encabeçada por José Matos Correia, foi a mais votada, conseguindo sete dos nove lugares deste órgão. A lista B, liderada por José Miguel Bettencourt, elegeu dois elementos, enquanto a lista P, de Pedro Vieitas Antunes, não conseguiu eleger qualquer representante.

O 40.º Congresso do PSD aprovou ainda, no sábado, sem votos contra e duas abstenções a moção estratégia global “Acreditar”, apresentada por Luís Montenegro. Todas as 19 propostas temáticas, submetidas a votação no sábado, foram igualmente aprovadas.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Na sua primeira intervenção no 40.º Congresso Nacional do PSD, na sexta-feira, Luís Montenegro considerou que “não há explicação” para o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, “continuar no Governo”, e afirmou que Pedro Nuno Santos “finalmente conseguiu pôr as pernas a tremer” ao Primeiro-Ministro.

“Se esse despacho foi fabricado sem informação ao PSD de que o acordo que estava estabelecido estava a ser rasgado nesse despacho, então a situação também é, desse ponto de vista grave, afetando a palavra do Governo e do Primeiro-Ministro com o maior partido da oposição”, afirmou.

De acordo com Luís Montenegro, o “Primeiro-Ministro é politicamente complacente, fraco e incosequente com o ministro que terá traído a sua posição assumida publicamente”, mas “não há consequências deste ato”.





Luís Montenegro defendeu que o Governo tem “obrigação moral” de usar o excedente de receita fiscal que tem com a inflação para ajudar quem atravessa maiores dificuldades.

“O Governo anda desnorteado e anda desfocado do essencial (...) O Governo não responde, assobia para o ar, não tem coragem de ter um programa de emergência social, mas nós no PSD vamos trabalhar para apresentar medidas concretas neste domínio e nas conclusões deste congresso terei ocasião de vos deixar já algumas linhas de orientação daquilo que o Governo pode e deve fazer para ajudar as pessoas que estão numa situação económica e social muito debilitada”, afirmou.

Por sua vez, o líder cessante do PSD, Rui Rio, assinalou que Portugal se preparou mal para uma crise como aquela que está a atravessar, avisando que é a falta de coragem para reformar que mais tem atrasado o país.

Rui Rio desejou que Luís Montenegro “tenha êxito no serviço a Portugal”. “O país tem de estar acima de tudo e os meus votos são para que o Luís Montenegro tenha êxito no serviço a Portugal que agora vai iniciar a partir da liderança da oposição”, salientou.

Antes, à chegada ao Pavilhão Rosa Mota, PSD Hugo Soares salientou estar “muitíssimo disponível” para ajudar o partido a ser “a alternativa de que o país precisa”. “Com uma mudança de protagonistas, uma mudança geracional, de estratégia, de projetos. Será certamente um PSD diferente do dos últimos anos. Queremos recuperar a velha alma do PPD de que creio que o país também sente falta”, assegurou, falando num “virar de página”.

Os trabalhos começaram cerca das 21h54 de sexta-feira, 1 de julho. Rui Rio, e o líder eleito, Luís Montenegro, entraram juntos na sala do Pavilhão Rosa Mota, no arranque do 40.º Congresso do PSD. O momento decorreu ao som do hino do partido,

“Paz, pão, povo e liberdade”, e com os delegados presentes a aplaudir de pé.

Neste Congresso, participaram 935 delegados eleitos, 203 participantes e 1.033 observadores. Luís Montenegro é o 19.º Presidente do PSD, depois de ter sido eleito em diretas em 28 de maio com 72,5% dos votos.



10 FRASES DO CONGRESSO

“Comigo e com o PSD, antes quebrar que torcer! Jamais abdicarei dos princípios da social-democracia e da essência do nosso programa eleitoral para governar a qualquer custo”

Luís Montenegro



“Com uma mudança de protagonistas, uma mudança geracional, de estratégia, de projetos. Queremos recuperar a velha alma do PPD de que, creio, o país também sente falta”

Hugo Soares





“Este é um Congresso muito importante, porque se vai assistir à mudança de ciclo, mas também num momento em que o país atravessa uma profundíssima crise”

Jorge Moreira da Silva



“Portugal está, há décadas, na mesma página de resignação, decadência económica, social e civilizacional e a caminho de se tornar no país mais pobre da Europa. Só o PSD é que tem capacidade de sacudir este estigma de decadência”

Miguel Albuquerque



“O país precisa urgentemente do PSD. Um PSD tolerante, plural, centrado nas pessoas e na dignidade de cada vida. O desafio é enorme, mas é proporcional à importância e ao papel que tivemos em momentos decisivos da nossa história”

Margarida Balseiro Lopes



“Fora deste Congresso há um país que deseja uma alternativa a este Governo”

Paulo Cunha



“Esse é o maior desafio que temos pela frente. A sociedade civil tem de voltar ao PSD. Tem de sentir que o PSD é aberto e não os limita. Envolver as pessoas num propósito comum”

Carlos Moedas



“Só um partido capaz de viver bem com a diversidade, com a diversidade de opiniões, pode implementar verdadeiras reformas”

Miguel Pinto Luz



“O que é essencial hoje é a mensagem de unidade e de mobilização do partido para cumprir as tarefas nacionais”

Paulo Rangel



“O PSD está na posição certa para dar um novo caminho a Portugal”

António Leitão Amaro

A PRIMEIRA REUNIÃO MAGNA NO ROSA MOTA FOI EM 1992

Quase 30 anos depois, o PSD voltou aos congressos no Pavilhão Rosa Mota. A única vez que o PSD organizou uma reunião magna no Pavilhão Rosa Mota (no total, foram cinco congressos no Porto) foi o XVI Congresso Nacional, que se realizou em 13, 14 e 15 de novembro de 1992.

O Congresso do Pavilhão Rosa Mota de há três décadas acabou por ser o último de Cavaco Silva à frente dos destinos do PSD, substituído, em 1995, por Fernando Nogueira, depois de quase 10 anos na liderança social-democrata.

No discurso de abertura do XVI Congresso, o então líder social-democrata pedia a Mário Soares um comportamento semelhante ao dos outros chefes de Estado da Europa. "Respeitamos as competências dos outros órgãos, mas ninguém nos peça que fiquemos calados quando tentam interferir nas competências do Governo", disse então Cavaco Silva, que criticou todos os que pretendiam "transformar uma magistratura de influência numa magistratura de interferência".

Nas primeiras horas da madrugada dessa reunião magna do PSD, Francisco Sá Carneiro foi uma referência quase unânime dos congressistas, tendo-se destacado o na altura líder da JSD Pedro Passos Coelho pelas críticas ao projeto do novo programa do partido em discussão. Pedro Passos Coelho afirmou que o novo texto não mobilizava o partido, mas "na sua essência" não o reprovava.

O Partido Popular Democrático (PPD) foi fundado em 6 de maio de 1974, tendo sido registado no Supremo Tribunal de Justiça em 25 de janeiro de 1975.



ÓRGÃOS ELEITOS NO 40.º CONGRESSO

Comissão Política Nacional

Presidente

Luís Montenegro

Vice-Presidente

Paulo Rangel
Miguel Pinto Luz
Margarida Balseiro Lopes
António Leitão Amaro
Paulo Cunha
Inês Ramalho

Secretário-Geral

Hugo Soares

Vogal

Rui Rocha
Silvério Regalado
Fermelinda Carvalho
Cristiano Cabrita
Inês Domingos
Rui Ventura
Germana Rocha
Rodrigo Gonçalves
Maurício Marques
Paulo Ribeiro

Conselho Nacional

Carlos Moedas
Maria Luis Albuquerque
Luís Menezes
Teresa Morais
José Matos Rosa
Pedro Miguel Calado
Pedro Miguel Cabral
Pedro Veiga
André Pardal
Alberto Machado
Sofia Fernandes
Sabrina Furtado
Luís Newton
Mário Castro Reis
Francisco Manuel Lopes
Luís Rodrigues
João Paulo dos Santos
Luís Vales
Bruno Ribeiro
Ricardo Pereira
Bruno Vitorino
António Martins
Raul Almeida
Luís Dias
Paulo Pimenta
Luís Soares
Amílcar Castro de Almeida
Miguel Gavinhos
David Oliveira Carvalho

João Pedro Ribeiro Luis
Eduardo Pereira Marques
Susana Ferreira
Tomás Gonçalves
João Manuel Gameiro Alves
José Bastos de Oliveira
Virgínia Estorninho
Maria do Céu Brandão Azevedo
Marco Claudino
Tiago Sá Carneiro
Gonçalo Pires Bento
Manuel Mestre Raio
Ricardo Santos Nunes
Joviano Vitorino
Nuno Ezequiel Pais
João Carlos Marquês
Paulo Martins
João Gomes da Silva
Adélio Miranda
Andreia Bernardo
Carlos Rodrigues
Sérgio Oliveira
Jorge Alves Custódio
Joaquim Barbosa
Paulo Calado
Carlos Alberto Carvalho
José Manuel Batista
José Augusto Santos
Eduardo Teixeira

Humberto Antunes
Carlos Miguel Cunha
Tiago Sousa Santos
Jorge Ferreira
Nuno Matias
Jorge Rodrigues Campos
Bruno Lage
Carlos Tiago Alves
Daniel Rodrigues
Hugo Mesquita
Luís Paulo Bastos
Filomena Pascoal Sintra

Europa

Artur Amorim
Carlos Gonçalves

Fora da Europa

Mário Marques
Laurentino Esteve

Congresso Nacional

Presidente

Miguel Albuquerque

Vice-Presidente

José Manuel Bolieiro
João Manuel Esteves

Secretários

Júlia Rodrigues Fernandes
Fernando Queiroga
Hernâni Dias
Sónia Ferreira

Conselho de Jurisdição Nacional

Presidente

José Matos Correia

Membros

Francisco Martins
Ana Isabel Valente
José Miguel Bettencourt
Ulisses Pereira
José Cancela Moura
Fernando Tinta Ferreira
Félix Falcão
José Santos Novais

Comissão Nacional de Auditoria Financeira

Presidente

José Nunes Liberato

Membros

Almiro Moreira
Fernando Angleu Teixeira



LUÍS MONTENEGRO EM PEDRÓGÃO GRANDE

“DE PANDEMIA PARA PANDEMÓNIO”



Em Pedrógão Grande, na primeira deslocação oficial enquanto Presidente do PSD, na segunda-feira, 4 de julho de 2022, Luís Montenegro afirmou que Portugal passou de “uma época de pandemia para pandemónio” na saúde. “Passámos de uma época de pandemia [covid-19] para uma época de pandemónio. Temos hoje, em Portugal, um caos completo no sistema de saúde, que vai desde o encerramento de serviços à falta de profissionais e também à falta injustificada, inadmissível do apoio àqueles que no terreno contribuem, por exemplo, para o transporte de doentes, como é o caso dos bombeiros”, declarou.

Depois de uma reunião na Câmara Municipal de Pedrógão Grande, onde falou com autarcas, Luís Montenegro encontrou-se com a Liga dos Bombeiros Portugueses, onde aproveitou para exortar o Governo a saldar a “dívida que o Ministério da Saúde tem às associações humanitárias de bombeiros”, uma situação que o líder do PSD qualifica de “inadmissível”, caso contrário, “os bombeiros não vão ter condições de prestar o serviço”. “E não estamos a falar só do serviço de transporte. Por via da prestação desse serviço, cria-se um défice financeiro que faz com que os bombeiros não tenham meios para operações de socorro ainda mais relevantes, como acidentes, como incêndios florestais”, especificou.

Luís Montenegro acusa o Governo, em particular o Ministério da Saúde, de estar a asficiar “financeiramente os bombeiros em Portugal”. “Não é o único, infelizmente, mas é o principal responsável”, declarou, apelando à ministra da Saúde, para “cumprir, por uma vez, a promessa de pagar aquilo que deve aos bombeiros”.

Luís Montenegro defende que “o Estado tem de ser uma pessoa de bem com todos os seus fornecedores de servi-



ços, mas com este, em particular, tem de ter ainda uma atenção mais especial”.

Ao final da manhã, o líder do PSD reuniu com a Associação das vítimas dos incêndios de 2017. Luís Montenegro espera, sobretudo, que o Governo prepare a presente época de incêndios, porque “do ponto de vista do ordenamento florestal as coisas estão muito mal no que tange às responsabilidades do Estado”.

“Nunca, nunca, nos esqueçamos, porque é imoral esquecer, que fez agora cinco anos que um Governo viveu a mais trágica e vergonhosa incapacidade de estar ao lado de quem precisa quando não houve capacidade de salvaguardar mais de uma centena de vidas humanas nos incêndios de 2017”, alertou Luís Montenegro, no discurso de encerramento do 40.º Congresso, no domingo, no Porto.

LUÍS MONTENEGRO EM BELÉM

“O FOCO DO PSD” SÃO “AS FAMÍLIAS, AS EMPRESAS E AS INSTITUIÇÕES”



Luís Montenegro pretende “estretar o relacionamento institucional” com o Presidente da República. No final de uma audiência com o Chefe de Estado, na terça-feira, 5 de julho, em Belém, Luís Montenegro assegurou que o PSD “tem um respeito institucional absoluto pelo senhor Presidente da República”, pelo que a postura da direção do partido será de “estretar o relacionamento institucional e a cooperação com o mais alto Magistrado da Nação”.

De acordo com Luís Montenegro, a delegação do PSD, constituída pelos vice-Presidentes Paulo Rangel e Margarida Balseiro Lopes, e pelo Secretário-geral, Hugo Soares, transmitiu ao Presidente da República aquelas que são as preocupações do PSD sobre o atual momento político, em particular “o processo inflacionista em curso, o aumento dos preços nos bens essenciais, na alimentação, na energia, nos combustíveis, na renda da casa e na repercussão do aumento das taxas de juro nos créditos à habitação”.

No que se refere à regionalização, o Presidente do PSD reitera que o país “está perante um processo de descentralização, que dura há três anos e não tem produzido os resultados efetivos”. “Um Governo que, em três anos, numa matéria em que tinha o apoio do PSD, não foi capaz de consumir sequer a transferência de competências e do envelope financeiro essencial, como é que se pode agora abalancar ao objetivo de, em 2024, colocar ao país a decisão de um modelo de regionalização”, interrogou.

Nesse sentido, Luís Montenegro considera que que não faz sentido avançar para “uma discussão estéril sobre o nada [um hipotético referendo à regionalização]”, quando os portugueses se deparam com problemas sociais graves, como o “caos no Serviço Nacional de Saúde”, “o



encerramento de serviços e a falta de médicos de família”, ou com um clima económico marcado pela “incerteza”, “a alimentação mais cara”, os “baixos salários” e as pensões igualmente atingidas pela inflação.

“O foco é fazer oposição ao Governo. (...) O foco do PSD é olhar para as pessoas, as famílias, as empresas e as instituições e criar as condições de termos mais economia, mais criação de riqueza, melhores salários e serviços pú-

blicos eficientes. Sou absolutamente contra a realização de um referendo em 2024, para que não haja equívocos nesse aspeto”, frisou.

Sobre a posição do PSD em relação à moção de censura do Chega ao Governo, Luís Montenegro expressou que a decisão já foi tomada pela Comissão Permanente e comunicada ao Grupo Parlamentar do PSD. De resto, este tema não fez parte da agenda da audiência em Belém.

CÂMARA DE COIMBRA NOTIFICOU 500 PROPRIETÁRIOS PARA LIMPAREM TERRENOS

A Câmara Municipal de Coimbra notificou este ano 500 proprietários que estavam em situação de incumprimento por falta de limpeza dos seus terrenos, anunciou o vereador do município com a pasta da proteção civil.

“Este ano, já emitimos 500 notificações a proprietários para limparem os seus terrenos”, afirmou Carlos Lopes, que falou durante uma conferência de imprensa sobre a gestão de faixas de combustível no concelho, que decorreu na Mata Nacional de Vale de Canas.

O vereador notou que “os meios são escassos”, mas que a autarquia está a assumir um “esforço adicional para notificar o maior número de pessoas possível”.

O Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Silva, também presente na conferência, sublinhou que, apesar de Coimbra ser um concelho urbano, cerca de 48% do seu território é floresta.

“A floresta no concelho é mais importante do que se possa imaginar”, notou, referindo que metade do território acaba por apresentar risco de incêndio, que tenderá a agravar-se face às alterações climáticas.



Durante a sua intervenção, o autarca realçou que é “preciso que as pessoas contribuam”, sensibilizando a população para limpar os seus terrenos, nomeadamente nas freguesias mais expostas, como é o caso da União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades e das juntas de freguesia de Santo António dos Olivais, Ceira, Torres do Mondego e Brasfemes.

Segundo José Manuel Silva, em 2021, a autarquia (na altura com executivo liderado pelo PS) apenas executou cerca de 5% das ações programadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, cuja última revisão aconteceu em 2018.

Este ano, a autarquia já limpou cerca de sete quilómetros de caminhos florestais, dois quilómetros de faixas de gestão de combustível e 15 hectares de floresta.

“Não temos ainda ideia da percentagem que será executada este ano – esses dados só teremos no final de julho –, mas a expectativa é de que seja mais do que 5%”, frisou o Presidente da Câmara de Coimbra.

BRAGA CRIA PROGRAMA PARA OCUPAR CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS FÉRIAS

A Câmara de Braga vai criar um programa de ocupação de tempos livres, já a partir destas férias letivas de verão, para dar resposta a famílias com crianças com deficiência e necessidades educativas especiais.

A medida foi apresentada dia 27 de junho, pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, durante a reunião do executivo.

Ricardo Rio lembrou que a Câmara de Braga já tinha criado um grupo de trabalho em articulação com o Instituto da Segurança Social para dar uma “resposta célere a esta problemática, que afeta muitas famílias bracarense”.

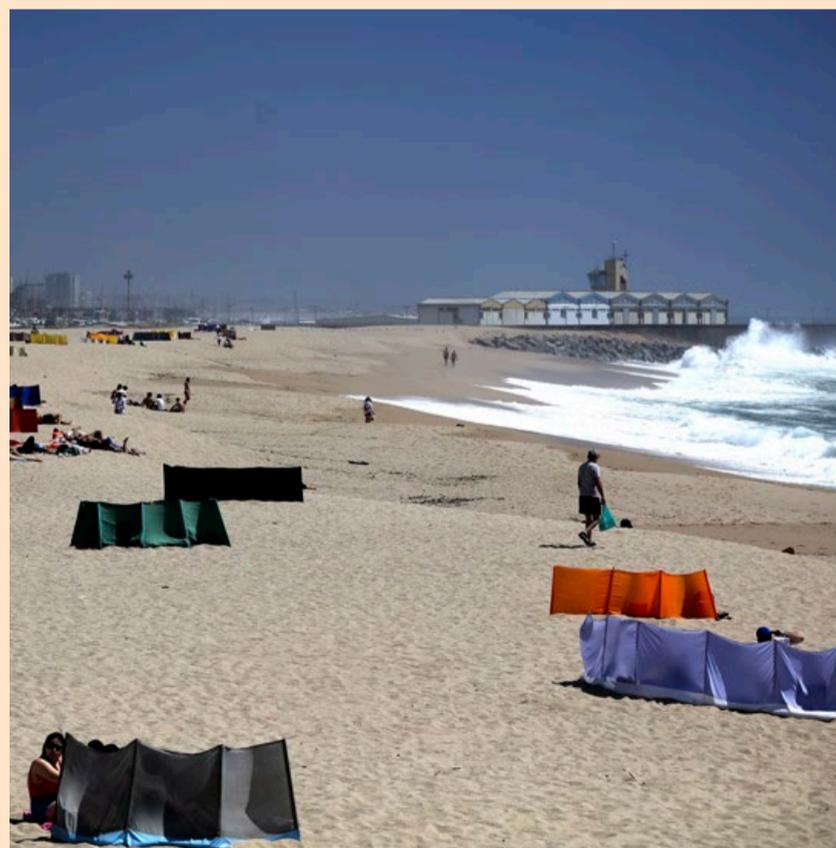
“Esta é uma questão estrutural que não se cinge apenas aos períodos das férias escolares. Infelizmente, todos temos consciência de que as respostas que a sociedade dá a estes cidadãos são manifestamente insuficientes. Em primeira instância, estas respostas deveriam ser dadas pelo Estado central e sabemos que, neste particular, vai valendo o trabalho desenvolvido pelo tecido social e associativo e também pelos municípios através das respostas que vão sendo criadas”, referiu.

O Presidente da Câmara acrescentou que o município de Braga tem vindo a articular com diversos parceiros sociais para, em conjunto, se encontrar uma resposta que acolha as crianças e jovens com necessidades específicas nos tempos não letivos.

No entanto, o autarca defende uma resposta “mais abrangente, mesmo que o financiamento por parte do Ministério da Educação não contemple estes apoios”, e lembrou o trabalho do município nesta área.

“Já no passado, alocámos mais recursos do que aqueles que constavam do nosso rácio de financiamento do Ministério da Educação, precisamente para apoiar este tipo de respostas. Sabemos que, mesmo assim, essa resposta é insuficiente e vamos desencadear medidas para dar respostas quer para os períodos de interrupção letiva, quer para o período de aulas, com a preocupação de criar uma solução duradoura e contínua”, garantiu.

Para dar resposta “efetiva” já neste verão, e com o objetivo de se apurar o número de vagas e as condições logísticas e humanas existentes, a autarquia reuniu com os pais e com as instituições particulares de solidariedade social do concelho que garantem uma resposta de Centro de Atividades de Tempos Livres e com perfil para acolher utentes com necessidades específicas.



Foi feito um levantamento junto das necessidades das crianças e da oferta que as instituições possibilitam.

A questão da falta de recursos humanos com formação específica nesta área será colmatada com recurso a uma bolsa de recursos humanos do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

PSD DE PAÇOS DE FERREIRA DEBATEU DIFERENÇAS ENTRE AS ÁREAS INTERMUNICIPAIS

O PSD de Paços de Ferreira organizou, dia 22 de junho, um debate sobre as comunidades intermunicipais com o objetivo de esclarecer o que poderá vir a ser no futuro o enquadramento regional do concelho de Paços de Ferreira.

Trata-se de um tema que tem estado em discussão porque existe a vontade da maioria PS na Câmara Municipal em ingressar na Área Metropolitana do Porto. O PSD de Paços de Ferreira entende que este caminho não pode estar assente em estados de alma ou vontades próprias, tem, sim, de ser um tema de ampla discussão que envolva o setor político, social e empresarial, enverando toda a sociedade.

Não vendo o PSD de Paços de Ferreira qualquer vontade da atual maioria socialista em discutir este tema, e sendo o PSD um partido responsável, entendeu iniciar um processo de discussão sobre o tema e para isso convidou dois autarcas de referência: um, da Área Metropolitana do Porto, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Aires Pereira, assim como Alberto Santos, ex-Presidente da Câmara Municipal e atual presidente da Assembleia Municipal de Penafiel, em defesa da CIM Tâmega e Sousa. Ambos os autarcas têm larga experiência de gestão autárquica e são conhecedores dos seus territórios. A sessão foi moderada por Rosário Machado, diretora do Departamento da Cultura de Amarante e ex-responsável da Rota do Românico. A sessão contou ainda com a presença do presidente



da comissão política concelhia do PSD, Alexandre Costa. Nesta sessão, Alberto Santos defendeu a manutenção de Paços de Ferreira na área do Tâmega e Sousa, enaltecendo as características sociais e regionais do território como uma mais-valia potenciadora de valorização da região. O ex-autarca manifestou ser um apaixonado da região do Tâmega e Sousa, reconhecendo, porém, a existência de uma falta de liderança na região. Contudo, acredita no potencial de desenvolvimento dos municípios do Tâmega

e Sousa, mas critica a visão de alguns autarcas que se dizem preocupados com a litoralização do país quando, em simultâneo, esses mesmos autarcas veem os seus municípios a afastarem-se das políticas das regiões do interior.

Na sua intervenção, Alberto Santos trouxe ainda um outro tema que tem que ver com os círculos uninominais eleitorais, por entender existir uma incoerência no que é a votação das populações entre os distritos e as comunidades intermunicipais. Defende que esta seria uma revisão eleitoral importantíssima para que, cada vez mais, existisse uma aproximação entre os eleitores e os eleitos. Aires Pereira, em contraponto, defende que o concelho de Paços de Ferreira deve ingressar na Área Metropolitana do Porto, uma vez que que, até aos dias de hoje, todos os municípios que solicitaram a sua integração foram incorporados. A adesão de Paços de Ferreira na Área Metropolitana colocaria Paços de Ferreira num espaço com indicadores de qualidade de vida completamente diferentes dos atuais verificados no Tâmega e Sousa. Defende que passadas várias décadas, a comunidade do Tâmega e Sousa n continua sem ter capacidade para cumprir as metas a nível social, ambiental e económico. A dinâmica da Área Metropolitana do Porto tem vindo a fortalecer o desenvolvimento económico dos concelhos que nela têm integrado e destaca como maiores vantagens as melhorias a nível da mobilidade e das questões ambientais.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CANTANHEDE APROVA BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA BOMBEIROS

A Assembleia Municipal de Cantanhede aprovou, por unanimidade, o Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais e Incentivo ao Voluntariado dos bombeiros voluntários.

O documento estabelece os benefícios a conceder pelo Município de Cantanhede, no distrito de Coimbra, aos elementos do Corpo de Bombeiros Voluntários e seus agregados familiares, desde que preencham os requisitos previstos no regulamento.

Podem beneficiar deste regulamento também os bombeiros que residam noutra município, nos termos em que for permitido por lei, informou a Câmara Municipal de Cantanhede, numa nota de imprensa, dia 29 de junho.

No documento, que segue agora para publicação em "Diário da República", consta os benefícios sociais para os bombeiros, nomeadamente o "acesso gratuito a iniciativas e infraestruturas desportivas e culturais da responsabilidade exclusiva do Município, isenção de taxas respeitantes ao licenciamento ou comunicação prévia de determinadas operações urbanísticas".

Outros dos benefícios são as refeições gratuitas para os filhos que frequentem o pré-escolar e 1.º ciclo no concelho, bolsas de estudo por frequência do ensino superior, apoio no Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) e ao arrendamento de habitação até ao limite fixado no regulamento.

"Está contemplado também um seguro de acidentes pessoais, gerido pela Câmara Municipal, que compreende riscos por morte ou invalidez permanente por acidente ocorrido no exercício de missão enquanto bombeiro até 200 mil euros; por incapacidade temporária parcial ou total por acidente ocorrido no exercício de missão enquanto bombeiro até 120 euros por dia; por despesas de tratamento e medicamentos, transporte e reparação por acidente ocorrido no exercício de missão enquanto bombeiro até 75 mil euros; ou por despesas de funeral por acidente ocorrido no exercício de missão enquanto bombeiro até quatro mil euros", lê-se na mesma nota.

Este regulamento vem reconhecer a "importância da atividade desenvolvida pelos bombeiros, da coragem e altruísmo que a adesão a estas causas revela", pelo que se torna "im-



prescindível reconhecer e enaltecer quem a ela se dedica", disse, citada na nota de imprensa, a presidente da Câmara Municipal, Helena Teodósio.

"É fundamental agradecer, acarinhar e compensar o seu esforço e dedicação em prol dos outros, visando igualmente a promoção deste voluntariado", concluiu.

Segundo a autarquia, para efeitos de atribuições dos benefícios, o Comando tem a obrigação de enviar anualmente à Câmara Municipal a lista atualizada dos bombeiros do quadro ativo relativamente ao ano em curso e ao ano anterior, validada pela Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros, bem como a listagem atualizada dos bombeiros do quadro de honra.

LISBOA INVESTE 40 MILHÕES DE EUROS NA REABILITAÇÃO DE BAIRROS

A Câmara de Lisboa aprovou, no dia 29, por unanimidade, atribuir 40 milhões de euros à empresa Gebalis para investir, até 2026, na reabilitação dos bairros de habitação municipais, proposta da liderança PSD/CDS-PP.

“É uma proposta que, realmente, mostra que, para nós, a prioridade em Lisboa é a habitação”, afirmou o presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, referindo que os 40 milhões de euros são para “trazer a dignidade a cada um” dos bairros municipais geridos pela Gebalis, com intervenção em “107 edifícios, mais de 2.600 frações”.

Na reunião pública do executivo camarário, a vereadora da Habitação, Filipa Roseta (PSD), disse que se trata do “maior contrato programa feito neste formato” para que a empresa municipal Gebalis proceda à reabilitação dos bairros, reforçando que “não houve nenhum feito com 40 milhões de euros num todo”.

Filipa Roseta acrescentou que esse investimento até 2026 inclui o reforço de 17 milhões só para intervir em 740 frações vazias, lembrando que esse foi um compromisso eleitoral.

“As pessoas não podem continuar a ver casas vazias nos nossos bairros e este é o empurrão que nós precisamos para que isto deixe de acontecer”, afirmou.

A vereadora da Habitação realçou ainda que a Gebalis nunca executou mais de 11,6 milhões de euros e “este ano vai ter 12 milhões de euros para executar”, considerando que é “uma meta complexa, mas possível e, acima de tudo, ambiciosa”.

Numa nota enviada após a aprovação da proposta, a Gebalis informou que o valor consagrado “será canalizado para a necessária reabilitação estrutural de 11 bairros camarários, com um impacto em 2.613 frações, das quais cerca de 740 de forma direta”, acrescentando que os 40 milhões de euros se juntam a dois milhões de euros já celebrados com o atual executivo para reabilitação de frações já em obras.



CÂMARA DE VILA DE REI DISTRIBUI 369 COMPOSTORES DOMÉSTICOS

A Câmara Municipal de Vila de Rei, no distrito de Castelo Branco, vai distribuir 369 compostores domésticos pela comunidade com o objetivo de promover a valorização dos biorresíduos.

“Este é mais um passo importante e decisivo para a sustentabilidade ambiental do concelho, tendo como meta a atingir, no final de 2023, a separação entre os biorresíduos e os resíduos indiferenciados, reduzindo, desta forma, significativamente, a quantidade de resíduos enviada para aterro e permitindo o reaproveitamento dos mesmos”, referiu, em comunicado hoje divulgado, o vice-Presidente da Câmara de Vila de Rei, Paulo César.

O primeiro compostor doméstico foi entregue na Escola Básica e Secundária de Vila de Rei, no âmbito da implementação do projeto “Reduzir para criar mais valor”.

Esta iniciativa traduz-se no desenvolvimento de soluções mais verdes e sustentáveis, alinhadas com a promoção de uma economia circular assente na redução, reutilização, recuperação e valorização dos resíduos, visando sempre que possível a otimização de recursos e na adoção de boas práticas.

Segundo o município de Vila de Rei, o projeto prevê a entrega de 369 compostores domésticos a distribuir pela comunidade vilarregense, mediante inscrição prévia.

Os principais objetivos a atingir passam pela promoção e valorização dos biorresíduos (resíduos biodegradáveis alimentares e provenientes de espaços verdes), reduzindo a quantidade de resíduos enviados para aterro, bem como responder aos pedidos e manifestação de interesse dos munícipes.

Os compostores a distribuir são gratuitos e, na entrega, os munícipes vão receber explicações acerca da sua utilização, bem como um guia de apoio para esclarecer dúvidas.

Podem participar no projeto todas as famílias que possuam um pequeno espaço exterior na sua habitação (jardim, quintal ou horta) residentes nos concelhos de Vila de Rei.

Paulo César sublinhou ainda que “esta é uma das três ações estratégicas que estava prevista no Estudo Municipal para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos de Vila de Rei, desenvolvido em 2021”.



TRANSIÇÃO DIGITAL É “OPORTUNIDADE DE OURO” PARA REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

Miguel Albuquerque insiste que a transição digital é uma “oportunidade de ouro” para as regiões periféricas e ultraperiféricas se integrarem nos mercados mundiais e nas economias de escala.

“É uma oportunidade histórica. A transição que está a ocorrer de forma muito acelerada para a economia digital é uma oportunidade de ouro para as regiões posicionadas na periferia ou ultraperiferia dos grandes centros aproveitarem para se integrarem nos mercados mundiais e nas economias de escala”, afirmou o chefe do executivo madeirense.

Miguel Albuquerque falava na sessão de abertura do 29.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, subordinado ao tema “Ilhas e territórios periféricos: desafios numa geografia em movimento e padrões de clima em alteração”, dia 29 de junho.

O Presidente do Governo da Madeira realçou que “as tecnologias, nos últimos 30 anos, dobram a sua capacidade de computação de 18 em 18 meses”, o que “significa que, de 18 em 18 meses, toda a capacidade computacional do mundo dobra”.

“É, de facto, uma coisa notável e impensável. Estamos já a assistir à transição para esta economia digital. A transição para esta economia digital exige e impõe um papel fundamental na formação das pessoas e na qualificação”, notou.

Miguel Albuquerque reforçou que as regiões que se inserirem nesta nova economia “vão ganhar, as que não fizerem vão perder”.

E, no seu entender, a Madeira está a aproveitar “essa oportunidade histórica”.

O Presidente do executivo madeirense apontou também que a economia digital “permite a produção de bens e serviços sem o ónus do distanciamento físico”, bem como do transporte e respetivos custos.



MADEIRA QUER MUNICÍPIOS A APOIAR RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS HABITACIONAIS

O Governo Regional defende que os municípios devem colaborar, dentro das suas competências e sem desperdiçar os fundos comunitários aos quais podem recorrer, na resolução dos problemas habitacionais.

“O Governo da Madeira, com a sua estratégia, pretende resolver o problema regional e também muito local. Os municípios têm competências em matéria de habitação e, infelizmente, nem todos as utilizam”, disse o secretário dos Equipamentos e Infraestruturas no plenário da Assembleia Legislativa da Madeira.

Pedro Fino falava na discussão da primeira alteração ao decreto legislativo regional que criou o Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação (PROHABITAR).

O governante sustentou ser “importante que os municípios também tenham a sua estratégia habitacional”, salientando que existem fundos comunitários aos quais podem concorrer para “poderem colaborar com o Governo Regional”.

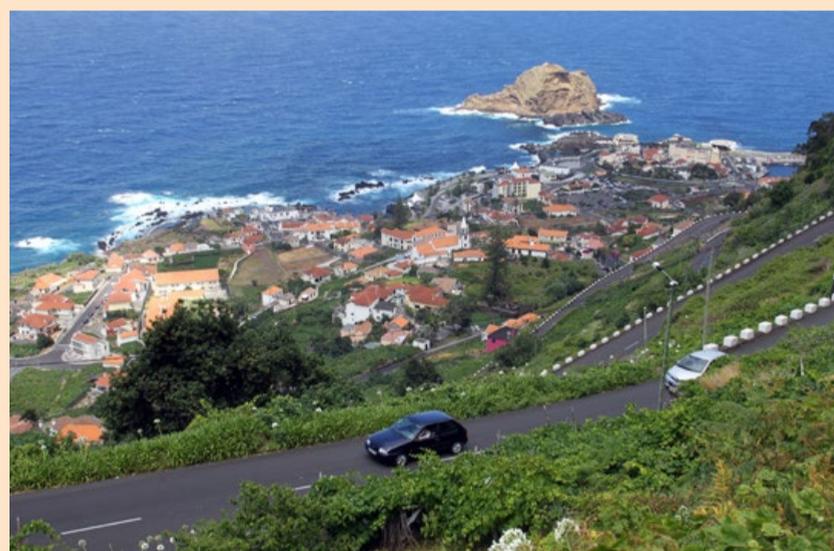
“É mau que desperdicem esse dinheiro da União Europeia”, enfatizou.

Segundo o governante, os problemas habitacionais “tenderão a agudizar-se nos próximos anos”, influenciados pela situação da guerra na Ucrânia, pelo que será necessário “conjugarem de forma eficiente e rigorosa os meios e recursos disponíveis”.

O secretário recordou que, “antes da autonomia, a região tinha grave problema habitacionais, com pessoas a viverem em barracas e furnas”, mas, enfatizou, “hoje, essa realidade praticamente não existe” porque foram construídos cerca de 6.000 fogos sociais desde 1976, 1.200 dos quais na posse dos municípios.

“A Madeira é a região do país que regista o maior número de habitações sociais por cada 100 mil habitantes. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de cobertura da região era de 4,2%, o dobro do que se verificava a nível nacional, que era, à altura, de 2%, e nos Açores de 2,3%”, referiu.

O responsável indicou que o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) vai “alavancar” os projetos de construção de mais de 800 fogos delineados pelo executivo insular.



Sobre as alterações ao decreto legislativo regional que criou o Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação (PROHABITAR), mencionou que visam “aumentar o número de famílias a apoiar, melhorando a eficiência deste programa de apoio” explicou.

No que diz respeito ao arrendamento, estabelece que deixe de ser a Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM) a indicar aos beneficiários os imóveis a arrendar, podendo ser estes a transmitir uma proposta da habitação aos serviços para resolver a sua situação.

No PRAHABITAR-Aquisição, a IHM deixa de indicar aos beneficiários os fogos a adquirir, havendo alteração do direito de preferência e o ónus de intransmissibilidade passa de 10 para sete anos.

MELHORES TRANSPORTES PARA A ILHA DE SANTA MARIA

O PSD/Açores defende “mais e melhores transportes e acessibilidades” para a ilha de Santa Maria, destacando que o Governo está a fazer “um estudo com vista à criação de um modelo de transporte marítimo de cargas”.

Num comunicado divulgado no âmbito das jornadas parlamentares do PSD em Santa Maria, que começaram na segunda-feira e se prolongam até quinta-feira, os social-democratas dizem estar “ao lado daquelas que têm sido as preocupações dos marienses no que diz respeito ao transporte marítimo de cargas”.

“Pretendemos que venha garantir melhor frequência, melhores preços no transporte marítimo de cargas à ilha de Santa Maria. Esperamos que estes estudos também possam incluir uma visão mais abrangente e inclua o transporte marítimo de passageiros”, disse a deputada social-democrata Elisa Sousa.

A parlamentar defendeu o “envolvimento de todas as entidades da ilha, incluindo parceiros privados que operam no caso do transporte marítimo de cargas na ilha de Santa Maria”, considerando que a Linha Amarela da Atlânticoline, empresa que faz a travessia marítima entre as ilhas dos Açores, “era dispendiosa e não servia as necessidades dos marienses”, motivando a sua supressão”.

Quanto aos transportes aéreos, a deputada reconheceu “o esforço feito pelo Governo Regional dos Açores [PSD/CDS-PP/PPM] e pela SATA no incremento do número de frequências à ilha de Santa Maria”.

“Mas precisamos de mais lugares disponíveis, mais frequências”, sublinhou.

Para Elisa Sousa, “não é admissível que um mariense que



se desloque da ilha para o fazer tenha de deixar os seus voos em lista de espera”.

O grupo parlamentar do PSD/Açores reuniu com diver-

sas entidades dos setores de atividades sócio e económicas da ilha de Santa Maria.

AÇORES APOIARAM PROJETOS NAS ÁREAS DAS MIGRAÇÕES COM MAIS DE 45 MIL EUROS

O Governo dos Açores atribuiu este ano mais de 45 mil euros em apoios a projetos promovidos nas áreas da emigração, imigração e intercâmbio escolares com as comunidades açorianas.

Numa nota de imprensa divulgada no portal oficial, dia 29, a presidência do Governo Regional informa que estes valores foram repartidos por cerca de quatro dezenas de projetos oriundos do Brasil, Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Bermuda, Açores e Portugal continental.

Os montantes foram atribuídos no âmbito do sistema de apoios da Direção Regional das Comunidades.

Segundo a Direção Regional das Comunidades, a portaria destinada à concessão de apoio às atividades desenvolvidas nas áreas das comunidades emigradas e regressadas, “foi a mais procurada, tendo reunido 32 candidaturas”.

Entre elas estão projetos para intercâmbios sociais e culturais entre associações e grupos dos Açores e da sua diáspora, apoio à realização de conferências, colóquios, exposições e festivais que promovam a cultura açoriana nas comunidades.

Há também projetos para investigações e que visam a integração social dos emigrantes, assim como estudos e pesquisas em áreas como a genealogia.

Os projetos integram ainda a realização de eventos que



divulguem e preservem manifestações marcadamente açorianas, como é o caso das Grandes Festas do Divino Espírito Santo de Nova Inglaterra, nos EUA e lançamento de livros.

No caso da portaria, para apoiar atividades na área da imigração, o Governo açoriano adianta que “foram apresentadas quatro candidaturas”, que abrangem projetos dedicados à edição e publicação de livros, realização de espetáculos musicais e narração de histórias e de contos tradicionais de diversas origens culturais.

No âmbito da portaria, que estabelece os apoios para intercâmbios escolares entre estabelecimentos de ensino da Região e das comunidades, foi abrangido um projeto oriundo da Universidade de Massachusetts - Lowell.

Segundo a Direção Regional das Comunidades, este projeto contempla uma visita de estudo às ilhas de São Miguel, São Jorge, Pico e Faial, de um grupo de 12 alunos do curso de fotografia do departamento de Arte e Design da Universidade de Massachusetts - Lowell.

“Este projeto tem como objetivo documentar, através de texto e imagem, histórias sobre o último grande fluxo de emigração açoriana para a região da Nova Inglaterra, nos EUA, iniciado em finais da década de 1950”, explica a presidência do Governo Regional.



APOIOS COMUNITÁRIOS PARA RECONVERSÃO DE VINHA ABANDONADA

O secretário regional da Agricultura dos Açores defendeu que as candidaturas ao programa comunitário VITIS devem abranger a reconversão de vinhas abandonadas, alegando que está em negociações com o Governo da República para que tal seja possível.

“Nós consideramos que o VITIS deve ser aplicado não só para vinhas em fim de vida, mas também para vinhas abandonadas. Houve aqui, de facto, algum ‘ping-pong’ político e institucional na explicação dessa mesma necessidade, que ainda não está completamente resolvida”, avançou o titular da pasta da Agricultura nos Açores, António Ventura.

O governante falava, em Angra do Heroísmo, dia 30 de junho, à margem de uma reunião com a direção da Adega Cooperativa dos Biscoitos, da ilha Terceira.

Segundo António Ventura, a Inspeção-Geral de Finanças analisou a aplicação do regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas (VITIS) nos Açores e chegou à conclusão de que este apoio não deveria ser utilizado para reconversão de vinhas abandonadas.

O executivo açoriano (PSD/CDS-PP/PPM), que tomou posse em novembro de 2020, partilha, no entanto, da interpretação do anterior Governo Regional, do PS. “O nosso entendimento político e operacional é que o VITIS deve ser utilizado como tinha sido utilizado até agora”, frisou António Ventura, acrescentando que o executivo continua a tentar “sensibilizar” o Governo da República para a necessidade de a legislação ser “transparente, clara e objetiva”.

Depois de um ano de paragem, voltaram a abrir candidaturas ao VITIS, nos Açores, no dia 16 de junho, contemplando apenas a reconversão de vinhas em final de vida, porque “ainda não há um entendimento pleno” com a Inspeção-Geral de Finanças.

“Houve aqui uma paragem no acesso a esses fundos comunitários, até haver um entendimento, porque, em fim da linha, nós teríamos de devolver todos apoios recebidos. Aumentar o número de apoios para devolver não é a nossa intenção e era uma irresponsabilidade”, explicou o governante.

Segundo António Ventura, os proprietários de vinhas abandonadas podem candidatar-se ao programa comunitário Prorural+, em vigor até ao final de 2022, para adquirir plantio de vinha, mas este apoio é a 75%, quando o VITIS era a 100%.

As candidaturas ao VITIS, referentes aos anos de 2022 e 2023, estão abertas até 29 de julho. Têm um “valor total de dois milhões de euros” e o executivo açoriano prevê que possam abranger uma área de cerca de 100 alqueires (10 hectares) em todas as ilhas, com especial destaque para as que têm zonas demarcadas (Pico, Terceira e Graciosa).

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Setúbal do PSD, para a Eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo dia 1 de Outubro de 2022, sábado, entre as 14H00 e as 20H00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais:

1. Mesa da Assembleia Distrital;
2. Comissão Permanente Distrital;
3. Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
5. Delegados à Assembleia Distrital.

SECÇÕES

Alcácer do Sal – Rua de Santa Maria, 18 loja, Setúbal
 Alcochete – Rua do Paço, 8, Alcochete
 Almada – Rua da Liberdade, 38 A, Almada
 Barreiro – Rua de Trás-os-Montes, nº 4 - B, Vila Chã, Santo António da Charneca
 Grândola – Universidade Sénior de Grândola - Av. António Inácio Cruz, n.º 1, Grândola
 Moita – Rua José Afonso, nº 20, Moita
 Montijo – Praça da República, 23, Montijo
 Palmela – Biblioteca Municipal- Largo São João Batista, Palmela
 Santiago do Cacém – Largo Almeida Garrett, 1, Santiago do Cacém
 Seixal – Rua do MFA, 11, Amora
 Sesimbra – Rua da República, 20 – 1º Esq., Sesimbra
 Setúbal – Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq., Setúbal
 Sines – Rua de Ferreira, n.º 10, Sines
 Nota: As listas candidatas aos órgãos sujeitos a sufrágio deverão ser entregues na Sede Distrital ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 27 de Setembro 2022.
 Para efeitos de votação no dia 1 de Outubro de 2022, as urnas estarão abertas das 14h00 às 20h00.

SECÇÕES

ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 16 de julho (sábado) de 2022, às 16H00, no Auditório da Casa do Povo de Valongo do Vouga, na Rua Casa do Povo 2, Valongo do Vouga, em Águeda, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Descentralização de competências para as autarquias locais;
3. Processos de Desagregação de Uniãos de Freguesias;
4. Outros assuntos

Notas: Caso algum militante, ou grupo de militantes, pretenda apresentar alguma moção, a mesma poderá ser distribuída via e-mail e impressa para entrega no dia, desde que enviada para psd@psdagueda.com até às 16H00 do dia anterior à realização da Assembleia de Secção.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Cascais para o dia 20 de julho (quarta) de 2022, pelas 21H00 a qual irá decorrer presencialmente nas instalações do Hotel Baía em Cascais.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. outros assuntos

COVILHÃ

Nos termos do artº 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã para reunir no próximo dia 15 de Julho, (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Casa da Vila – Tortosendo, sita na Rua Dr. Boavista-Castelo Branco, Tortosendo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política e do 40º Congresso PSD;
2. Outros assuntos.

CHAVES

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 22 de julho de 2022 (sexta-feira), pelas 21H00, na Sede local, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Análise da situação política atual: PSD/Chaves, que futuro?

Notas: De acordo com o disposto no número 2 do artigo 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças. A Assembleia será realizada de acordo com as normas e recomendações sanitárias emitidas pela Direção Geral da Saúde

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 29 de julho (sexta-feira) de 2022, às 21H30, no Auditório da Sede da Junta de Freguesia de Quinchães, sita na Rua Prof. José Mário Oliveira, nº 194, Quinchães, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política Local e Nacional;
3. Outros assuntos.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 14 de Julho (quinta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação Política.

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção de Monção do Partido Social Democrata, para reunir no próximo dia 13 de julho (quarta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede da Secção sita na Rua Direita nº 117, Monção, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

Nota: Se na hora designada não houver quórum dos membros, fica a mesma convocada para as 21H30.

POVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes de Póvoa de Varzim, para reunir dia 21 de Julho (quinta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede do PSD, sita na Praça do Almada, nº 7 Póvoa do Varzim, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Tomar, para reunir no próximo dia 15 de Julho (sexta-feira) de 2022, pelas 20H30 na Sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, 57-A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHO

1. Informações e Análise da situação Política;
2. Outros assuntos.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Vila Franca de Xira, para uma Assembleia Eleitoral a realizar no dia 8 de Agosto de 2022 (segunda-feira), pelas 18H00 na Sede do PSD de Vila Franca de Xira, sita na Rua da Praia, n.º 63, Vila Franca de Xira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política Concelhia;
 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- Notas: As listas candidatas devem ser apresentadas na Sede da Comissão Política Concelhia nos prazos e condições estabelecidas no Regulamento Eleitoral do PSD, até às 24H do 3º dia anterior ao ato eleitoral.
 As urnas estão abertas das 18H00 às 23H00.

EMIGRAÇÃO

MACAU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia de Secção de Macau-China, para reunir no próximo dia 12 de Agosto (sexta-feira) de 2022, das 10H00 às 12H00 (hora local Macau) sita na Av. Ouvidor de Arriaga, 2C FL R/c, Flat & Edif. Kam Veng-Macau com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
 3. Análise da situação política;
 - 4 Outros assuntos.
- Notas as listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, Av. Ouvidor de Arriaga, 2C FL R/c, Flat & Edif. Kam Veng-Macau.
 As urnas estão abertas no local mencionado das 10H00 às 12H00 (hora local de Macau-China).

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Núcleo Ocidental do Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 6 de Agosto de 2022, pelas 09:00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Ramalde, sita na Rua da Igreja de Ramalde, 76-92, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo Ocidental do Porto

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Núcleo Residencial ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Ramalde, sita na Rua da Igreja de Ramalde, 76-92, Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD. As urnas estarão abertas entre as 09h00m e as 11 horas.

Propostas temáticas	Autor	Sentido de voto	N.º de votos	Total de votos	Resultado
A - AGRO-TECH, UM DESÍGNIO PARA A REGIÃO DO RIBATEJO E PARA A AGRICULTURA EM PORTUGAL	CPD Santarém	A favor	361	486	74%
A - AGRO-TECH, UM DESÍGNIO PARA A REGIÃO DO RIBATEJO E PARA A AGRICULTURA EM PORTUGAL	CPD Santarém	Contra	18	486	4%
A - AGRO-TECH, UM DESÍGNIO PARA A REGIÃO DO RIBATEJO E PARA A AGRICULTURA EM PORTUGAL	CPD Santarém	Abstenção	107	486	22%
B - MEMORANDO ALGARVE	CPD FARO	A favor	336	486	69%
B - MEMORANDO ALGARVE	CPD FARO	Contra	17	486	3%
B - MEMORANDO ALGARVE	CPD FARO	Abstenção	133	486	27%
C - SAÚDE NO OESTE	CPD Lisboa AO	A favor	364	488	75%
C - SAÚDE NO OESTE	CPD Lisboa AO	Contra	16	488	3%
C - SAÚDE NO OESTE	CPD Lisboa AO	Abstenção	108	488	22%
D - PSD - OPERAÇÃO DISTRITO DE SETÚBAL	CPD Setúbal	A favor	310	483	64%
D - PSD - OPERAÇÃO DISTRITO DE SETÚBAL	CPD Setúbal	Contra	23	483	5%
D - PSD - OPERAÇÃO DISTRITO DE SETÚBAL	CPD Setúbal	Abstenção	150	483	31%
E - COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA: UMA VANTAGEM ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	CPD Viana do Castelo	A favor	378	490	77%
E - COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA: UMA VANTAGEM ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	CPD Viana do Castelo	Contra	11	490	2%
E - COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA: UMA VANTAGEM ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	CPD Viana do Castelo	Abstenção	101	490	21%
F - DESCENTRALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	ASD	A favor	410	487	84%
F - DESCENTRALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	ASD	Contra	11	487	2%
F - DESCENTRALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	ASD	Abstenção	66	487	14%
G - EUROPA E PORTUGAL 2030	Deputados da delegação do PSD PE: Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Maria da Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Monteiro de Aguiar	A favor	411	492	84%
G - EUROPA E PORTUGAL 2030	Deputados da delegação do PSD PE: Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Maria da Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Monteiro de Aguiar	Contra	18	492	4%
G - EUROPA E PORTUGAL 2030	Deputados da delegação do PSD PE: Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Maria da Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Monteiro de Aguiar	Abstenção	63	492	13%
H - PSD: UNIR EM NOME DE PORTUGAL	TSD	A favor	379	489	78%
H - PSD: UNIR EM NOME DE PORTUGAL	TSD	Contra	15	489	3%
H - PSD: UNIR EM NOME DE PORTUGAL	TSD	Abstenção	95	489	19%
I - DEBATER O PARTIDO, REFORMAR O PAÍS E GANHAR PORTUGAL	CPD Beja	A favor	347	483	72%
I - DEBATER O PARTIDO, REFORMAR O PAÍS E GANHAR PORTUGAL	CPD Beja	Contra	17	483	4%
I - DEBATER O PARTIDO, REFORMAR O PAÍS E GANHAR PORTUGAL	CPD Beja	Abstenção	119	483	25%
J - IP3 - A AUTOESTRADA ESQUECIDA!	CPD Coimbra	A favor	360	487	74%
J - IP3 - A AUTOESTRADA ESQUECIDA!	CPD Coimbra	Contra	20	487	4%
J - IP3 - A AUTOESTRADA ESQUECIDA!	CPD Coimbra	Abstenção	107	487	22%
K - CRIAR VALOR - ACREDITAR EM PORTUGAL	CPD Aveiro	A favor	365	489	75%
K - CRIAR VALOR - ACREDITAR EM PORTUGAL	CPD Aveiro	Contra	13	489	3%
K - CRIAR VALOR - ACREDITAR EM PORTUGAL	CPD Aveiro	Abstenção	111	489	23%
L - DESCENTRALIZAÇÃO UMA OPORTUNIDADE PERDIDA, UMA REFORMA ADIADA	CPD Porto	A favor	345	486	71%
L - DESCENTRALIZAÇÃO UMA OPORTUNIDADE PERDIDA, UMA REFORMA ADIADA	CPD Porto	Contra	37	486	8%
L - DESCENTRALIZAÇÃO UMA OPORTUNIDADE PERDIDA, UMA REFORMA ADIADA	CPD Porto	Abstenção	104	486	21%
M - EDUCAÇÃO: CRÓNICA DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA	António Duarte Conde Almeida da Cunha	A favor	352	485	73%
M - EDUCAÇÃO: CRÓNICA DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA	António Duarte Conde Almeida da Cunha	Contra	15	485	3%
M - EDUCAÇÃO: CRÓNICA DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA	António Duarte Conde Almeida da Cunha	Abstenção	118	485	24%
N - PSD: MILITÂNCIA COM VALIDADE (IN)FINITA	Pedro Félix Veiga	A favor	303	482	63%
N - PSD: MILITÂNCIA COM VALIDADE (IN)FINITA	Pedro Félix Veiga	Contra	31	482	6%
N - PSD: MILITÂNCIA COM VALIDADE (IN)FINITA	Pedro Félix Veiga	Abstenção	148	482	31%
O - MODERNIZAR, ABRIR E AFIRMAR: COLOCAR O PSD NA LINHA DA FRENTE	JSD	A favor	393	487	81%
O - MODERNIZAR, ABRIR E AFIRMAR: COLOCAR O PSD NA LINHA DA FRENTE	JSD	Contra	23	487	5%
O - MODERNIZAR, ABRIR E AFIRMAR: COLOCAR O PSD NA LINHA DA FRENTE	JSD	Abstenção	71	487	15%
P - MENOS POBREZA, MAIS TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - AS CHAVES PARA GANHARMOS O FUTURO DE PORTUGAL	CPD Lisboa AM	A favor	366	486	75%
P - MENOS POBREZA, MAIS TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - AS CHAVES PARA GANHARMOS O FUTURO DE PORTUGAL	CPD Lisboa AM	Contra	22	486	5%
P - MENOS POBREZA, MAIS TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - AS CHAVES PARA GANHARMOS O FUTURO DE PORTUGAL	CPD Lisboa AM	Abstenção	98	486	20%
Q - TRANSIÇÃO TERRITORIAL	Bruno Moura Ferreira	A favor	320	488	66%
Q - TRANSIÇÃO TERRITORIAL	Bruno Moura Ferreira	Contra	16	488	3%
Q - TRANSIÇÃO TERRITORIAL	Bruno Moura Ferreira	Abstenção	152	488	31%
R - LEIRIA EXIGE MAIS!	CPD Leiria	A favor	282	484	58%
R - LEIRIA EXIGE MAIS!	CPD Leiria	Contra	27	484	6%
R - LEIRIA EXIGE MAIS!	CPD Leiria	Abstenção	175	484	36%
S - COMPROMISSO COM A AUTONOMIA REGIONAL	CPR Açores	A favor	340	485	70%
S - COMPROMISSO COM A AUTONOMIA REGIONAL	CPR Açores	Contra	14	485	3%
S - COMPROMISSO COM A AUTONOMIA REGIONAL	CPR Açores	Abstenção	131	485	27%